

continuação

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80**31.5. Fluxo de caixa**

	2020				Reso- lução 10/1989	Plano de saúde
	Equa- torial BD	Equa- torial CD	Equa- torial OP	Equa- torial R		
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	-	179	-	164	-	1.036
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	19.240	-	128	540	-	1.036
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.943	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	-	198	-	167	-	1.558
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	20.513	203	145	637	-	1.558
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.905	-
2019						
	Equa- torial BD	Equa- torial CD	Equa- torial OP	Equa- torial R	Reso- lução 10/1989	Plano de saúde
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	-	79	-	1.947	-	1.030
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	19.299	48	923	2.042	-	1.030
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.036	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	-	307	-	789	-	1.036
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	19.870	272	138	947	-	1.036
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.038	-

32. Instrumentos financeiros:

32.1. Considerações gerais: A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela a e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

32.2. Política de utilização de derivativos: A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

32.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

c) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2020		2019	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	37.473	37.473	59.240	59.240
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	920.124	920.124	291.705	291.705
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.520.739	1.520.739	1.121.403	1.121.403
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	1.861.562	1.861.562	1.145.895	1.145.895
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	85.120	85.120	85.120	85.120
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	313.981	313.981	29.920	29.920
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	77.188	77.188
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	3.613.371	3.613.371	3.206.270	3.206.270
Total do ativo			8.352.370	8.352.370	6.960.745	6.960.745
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2020		2019	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	-	Custo amortizado	750.901	750.901	643.084	643.084
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.756.643	2.742.977	2.030.255	2.009.432
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	969.261	1.238.785	859.193	1.147.856
Debêntures	-	Custo amortizado	1.449.732	1.473.423	1.432.739	1.477.495
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	251.291	251.291	127.607	127.607
Total do passivo			6.177.828	6.457.377	5.092.878	5.405.474

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. **Aplicações financeiras e fundo de investimento** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI. **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes

de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado. **Sub-rogação da CCC - valores aplicados** - são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo. **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação

continua